

# Os alvares do rococó em Guimarães

*Eduardo Pires de OLIVEIRA \**

O arcebispo D. José de Bragança chegou a Braga em 23 de Julho de 1741. O seu irmão, o rei D. João V, mandou-o para aquela cidade para ver se impunha um pouco de ordem no Cabido porque, apesar de este ser proprietário de, pelo menos, 64% das casas da cidade e de muitíssimos outros bens, dava indicações de não ter dinheiro absolutamente nenhum; as obras que mandou fazer na catedral pareciam não ter controle, sendo vulgar a necessidade de pagar imenso dinheiro para obras não projectadas. No caso dos novos órgãos, por exemplo, o escultor Marceliano de Araújo recebeu em 1739 a elevadíssima soma de 1.143\$200 réis *dos acréscimos últimos da talha*<sup>1</sup>; ou seja, para terem um termo de comparação, substancialmente mais do que o contrato assinado no dia 1 de Junho de 1746 pelo grande entalhador bracarense José Álvares de Araújo com as freiras do Convento do Carmo, de Guimarães, em que pela quantia de 930\$000 réis se comprometeu a fazer em pouco mais de ano e meio o retábulo-mor com a respectiva tribuna, dois altares colaterais, as sane-fas das frestas da capela-mor e outras obras mais de talha na igreja daquelas freiras<sup>2</sup>!

O problema residia no facto de após a morte do anterior arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, em 1728, terem sido os cônegos que durante os 13 longos anos de Sé vacante ficaram à frente dos destinos da arquidiocese.

D. José não tinha muito bom senso político; e não é de admirar que pouco após a sua chegada tenha entrado de imediato em choque com o cabido bracarense. Recusou-se, por exemplo, a assistir ao concerto em sua honra tocado nos novísimos órgãos da Sé. E, quase de imediato, passou a exigir-lhe contas das rendas da Mitra, isto é, dos dinheiros que pertenciam ao arcebispo mas

---

\* *Biblioteca Pública de Braga.*

<sup>1</sup> DODERER, Gerhard – *Os órgãos da Sé Catedral de Braga.* Lisboa, Barklays Bank, 1995, pág. 17.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, António José; OLIVEIRA, Lúcia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *Artistas bracarense que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII.* Minia, Braga, 3ª série, 5, 1997, 178-180.

que na sua ausência foram administrados pelos cónegos, durante aqueles 13 anos de Sé vacante. Devido a estas e a outras razões D. José mandou prender, na Semana Santa do ano seguinte ao da sua entrada, 17 dos 19 cónegos que formavam o Cabido da Sé de Braga. Estes souberam movimentar fortes influências em Lisboa e, passados quatro anos, era D. José de Bragança que estava desgraça apesar de ser o mais importante arcebispo do país e irmão do rei.

De Lisboa foi-lhe enviada uma ordem para que “... dentro em oito dias retirasse para fora da cidade, em distância de três léguas, com o pretexto de visitar várias terras da diocese, e pelas quais viajará a fim de que a sua ausência não pareça extermínio, sem embargo de não poder voltar a Braga até que tenha licença, conservando, porém, em seu nome, e debaixo da sua direcção, todo o governo do seu arcebispado...”<sup>3</sup>

D. José demorou dois meses a cumprir aquela ordem. Foi só no dia 10 de Dezembro que saiu de Braga. Como primeiro ponto de paragem escolheu a cidade de Guimarães. No alto da Falperra – a estrada naquela data ia por Fraião, Falperra e Santa Cristina de Longos – tinha a recebê-lo de uma forma extremamente entusiástica e festiva toda a nata da sociedade vimaranense.

Ao contrário do que fizera em Braga, aceitou ir de imediato à Colegiada de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Oliveira onde foi celebrado um soleníssimo Te-Deum.

Inicialmente, D. José ficou alojado em casa de um fidalgo, Tadeu Camões, no Campo da Misericórdia. Depois, em 20 de Agosto de 1747, comprou no mesmo largo outra casa – agora conhecida como Casa dos Coutos – que mandou reformar e mobilar amplamente. Estas obras tiveram início imediato, ou seja, ainda durante o tempo da sua estadia vimaranense. E aqui ficou até 22 de Junho de 1748, dia em que saiu para Amarante.

Durante este período de cerca de ano e meio em que permaneceu em Guimarães, D. José manteve uma notável actividade pastoral. E interveio continuamente, apoiando obras em múltiplas igrejas, sobretudo nas pertencentes aos conventos femininos. É essa a parte que por agora nos interessa mais.

No Convento de Santa Clara, por exemplo, mandou “... fazer as obras, que pareceram precisas para segurança da sua clausura, e necessárias para mais cómoda habitação das mesmas religiosas...”

No do Carmo, onde em Agosto de 1746 “... tinha acontecido violar uma religiosa dele a sua clausura saindo pelos muros, que o defendem, a procurar um homem, que a esperava, e peregrinando com ele alguns dias ainda que por partes não muito remotas...”<sup>4</sup> mandou levantar os muros, que eram bastante baixos, mandou trazer, de um monte próximo, água para o interior da clausura e alargar a cerca.

No convento de Santa Rosa mudou-lhes a jurisdição que passou dos dominicanos para a Mitra, mandou fazer o muro e o portal principal, etc.

<sup>3</sup> FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial Bracarense*, vol. 3, Braga, 1929, pág. 308.

<sup>4</sup> SOARES, Ivone da Paz – *A visita “ad limina” de D. José de Bragança*. “Bracara Augusta, Braga, 48, 1988-1989, pág. 182.

A fonte que até agora temos seguido é o relatório escrito pelo próprio arcebispo em 1749, relatório que deveria ser enviado quinquenalmente ao papa. Como facilmente se pode aceitar, encontraremos nele mais referências a acções de disciplina religiosa do que a obras. Veja-se, por exemplo, o que atrás dissemos sobre a sua quase fobia pela segurança dos conventos femininos.

Mas há que começar a analisar minuciosamente este período de ano e meio através de outras fontes porque, não temos a menor dúvida, elas nos darão a conhecer resultados muitíssimo interessantes.

Vejam os seguintes casos:

No primeiro dia de Junho de 1746 as freiras do Convento do Carmo contrataram com José Álvares de Araújo para fazer as obras do novo retábulo-mor e outras mais que já atrás referimos pela quantia de 930\$000 réis. Mas tiveram que refazer este documento vinte e um dias mais tarde porque “... não agradando a Sua Alteza o sereníssimo Dom José Arcebispo deste Arcebispado Primas seu Prelado, as ditas plantas e apontamentos mandou fazer novas plantas e apontamentos com mais agudeza na sua perfeição...”<sup>5</sup>

Reparem os dados: em Junho de 1746 D. José ainda estava em Braga, cidade onde tomara uma atitude semelhante, mas ainda mais radical, ao recusar em absoluto o retábulo que fora encomendado a Marceliano de Araújo para a capela do seu Paço Arquiepiscopal<sup>6</sup> que mandar refazer.

O que é que o terá levado a tomar tal atitude? Porque é que o fidalgo vimezanense Tadeu Camões, no seu livro *Guimarães Agradecido*<sup>7</sup>, um livro que descreve minuciosamente a estadia de D. José, lhe deu uma atenção maior que aquela que dedicou aos outros conventos? Os documentos conhecidos não nos dão qualquer informação. E duas visitas ao local também não nos permitiram perceber que alteração terá ordenado, tanto mais que não só toda a obra é ainda de estilo joanino como, o que é pior, não nos pareceu que o retábulo-mor esteja bem adaptado ao local onde foi colocado. De qualquer forma não nos podemos esquecer de um facto muito importante: D. José tinha uma certa educação artística pois é sabido que se exercitou na aprendizagem do desenho durante o tempo da sua formação escolar, na Universidade de Évora, muito cuidadosamente orientada pelos Jesuítas.

Muitíssimo mais interessante é o espantoso conjunto formado pelo muro e porta principal do convento das religiosas de Santa Rosa de Lima. Os documentos não nos dizem quem foi o seu autor; mas o texto de Tadeu Camões e as armas de D. José de Bragança dão-nos a certeza de que foi ele o patrono da obra e levam-nos a pensar que poderá ter sido executada em 1747 ou 1748, os anos em que, lembramos, permaneceu em Guimarães. Mas quem quer que tenha sido o arquitecto capaz de conceber uma tal peça teremos que dizer que era senhor de um espantoso poder de monumentalidade e de abstracção, que

<sup>5</sup> OLIVEIRA, António José... op. cit. pág. 180.

<sup>6</sup> SMITH, *Marceliano de Araújo*, Porto, Nelita Editora, 1970, pág. 49-52.

<sup>7</sup> Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1747.

teve artes para transformar um simples muro numa magnífica peça de escultura. No norte do nosso país só conhecemos uma pessoa capaz de ter a ousadia de projectar tal obra: André Soares. Veja-se, por exemplo, o cunhal do convento dos Congregados, em Braga, datável do ano de 1755.

Mas terá sido André Soares? Ele tinha então apenas 27 anos e nada há nas suas obras iniciais conhecidas que nos mostre uma tal capacidade. Há que continuar a trabalhar a documentação para ver o que ela nos poderá ensinar.

Mas, quem quer que tenha sido, não há dúvida que veio a influenciar a forma de trabalhar o granito em Guimarães, veja-se o dintel de uma das portas da Casa dos Coutos – a casa mandada fazer para si mesmo pelo arcebispo D. José de Bragança (1748?) – e essa maravilha que é a Casa dos Lobos Machado (1754).

E esta dúvida levanta-nos outra: quem terá sido o artista que acompanhou D. José na sua estadia em Guimarães? É uma questão extremamente importante que deixo aos investigadores que se interessam pelo passado e pelo património artístico vimaranense mas que ultrapassa o âmbito da cidade porque tem a ver directamente com a génese do rococó bracarense e minhoto.

André Soares apareceu como um meteoro no espectro artístico bracarense e minhoto. Ao contrário do que se costuma afirmar, não é de todo verdade que a arquitectura barroca reuniu a maior aceitação das gentes minhotas. Se olharmos para os principais monumentos veremos que muitos dos que se costumam designar como barrocos mais não são do que tardomaneiristas. A verdade é que houve um período excessivamente longo de vida dos valores do maneirismo, de tal forma que entraram bem pela primeira metade do século XVIII. Cada vez mais se torna necessário estudar melhor a influência que os engenheiros militares de Viana do Castelo, sobretudo Miguel Lescol e Manuel Pinto Vilalobos, tiveram no desenvolvimento da arte minhota; e na importância que o irrequieto arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles teve para a manutenção daquele *status*, de certo sentido reaccionário, que se recusou a aceitar as inovações que o arquitecto régio João Antunes dera a conhecer em Barcelos – na igreja do Senhor da Cruz – e em Braga, na nova sacristia da velha Catedral. Só na década de 1730 é que se começarão a levantar edificios com uma decoração efectivamente barroca.

Em contrapartida, a talha, a escultura, a pintura, a ourivesaria e os hábitos sociais vão aceitar os valores do barroco logo nos finais do século XVII; e será por aí que este estilo entrará nos hábitos e no gosto dos minhotos.

Com o rococó tudo será diferente porque entrará de uma forma que se pode dizer fulminante. E, comparativamente com o barroco, teve uma aceitação muito mais rápida.

O rococó surgiu na França nos anos que vão de 1715 a 1720. Passados 10 anos já se pode dizer que é um estilo bem aceite no Sul da Alemanha.

Quando é que o rococó chegou ao Minho? Não se sabe. Robert Smith avançou com a hipótese de que existiram livros com gravuras rococó no convento



Fig. 1 – Pormenor decorativo rococó.



Fig. 2 – Portal do Convento de Santa Rosa de Lima



Fig. 3 – Casa dos Lobos Machado.

de Tibães, a casa mãe dos beneditinos portugueses. E não deixa de ser curioso lembrar que os múltiplos conventos que esta ordem tem na Baviera se contam entre os melhores exemplares conhecidos da arquitectura e talha deste estilo, atingindo níveis, qualidade e ousadias absolutamente inconcebíveis.

Um dos primeiros reflexos do rococó no Minho é bem possível que se encontre em Guimarães, em pormenores daquele portal do Convento de Santa Rosa de Lima e no dintel de um dos portais principais da Casa dos Coutos, (1747-1748); em Braga surgiu de uma forma muito irregular na fachada do Palácio mandado fazer pelo mesmo D. José de Bragança e concluído em meados de 1751.

Não sabemos quem foi o arquitecto que concebeu estas obras. E este é um problema que é bastante comum durante os séculos do barroco e rococó, o pouco valor que se dava aos autores dos projectos. A esmagadora maioria das obras está e ficará para sempre sem autoria segura.

Mas há que encontrar um caminho para tentar resolver essa questão. Há que conhecer bem o meio artístico, as suas personalidades dominantes, quem era quem naquele meio.

E é por essa razão que se tem vindo a colocar com muita força a hipótese de que o palácio bracarense de D. José de Bragança tenha sido concebido por André Soares.

Mas há aqui uma outra questão. André Soares era um exímio desenhador, tinha uma mão seguríssima, maravilhosa. Ele concebia fachadas, mas já não tinha o mesmo domínio para os interiores.

E porquê? Talvez pela simples razão porque nunca viu, nunca visitou, os palácios que tinham esses interiores. E uma gravura é algo que tem apenas duas dimensões. Faltava-lhe perceber os volumes, saber jogar com os volumes. Tanto mais que a sua aprendizagem era apenas a de amador, a de um amador sem um mestre com quem falar, a quem pudesse colocar as suas dúvidas.

A protecção que parece ter recebido do arcebispo D. José – que como já vimos era um homem que também ligado às artes pois gostava de desenhar – tornou-o conhecido na sua cidade de Braga e fora dela. Essa a razão porque também projectou obras em Viana do Castelo, Porto, Tibães e Guimarães, entre outros locais.

Vejamos muito rapidamente o seu percurso artístico.

Nasceu em 1720. Era filho de um mercador com loja na principal rua comercial de Braga e neto de lavradores da freguesia de Barbudo, concelho de Vila Verde.

A primeira obra de sua autoria que se conhece é um desenho na portada de um livro, feita em 1746. Vê-se que a sua mão é seguríssima. Mas, do ponto de vista estilístico, ainda está perfeitamente subjugado pelos valores do estilo joanino, não há ainda nenhuma irreverência; mas a pequena dimensão desta obra também não lhe deixava grande margem para ousadias.

O Palácio do Arcebispo D. José de Bragança é um edifício cujas massas são perfeitamente barrocas, joaninas. As suas obras deverão ter começado pouco

após a chegada do arcebispo, sendo interrompidas no momento em que saiu para Guimarães. Voltou a Braga após a morte do seu irmão, em 1750, e deu imediatamente ordens para se avançar muito rapidamente na conclusão do edifício. Talvez date deste mesmo ano de 1749 ou 1750 a série de sugestões que se vêem na fachada e que são já perfeitamente assimétricas, isto é, rococó.

Em Janeiro de 1751 desenhou o bellissimo sacrário da Igreja da Senhora a Branca, em Braga, outra obra de pequena dimensão e ainda barroca. Mas há já aqui um dado importante que é o da apropriação do desenho que tem mais a ver com a sociedade civil transformando-o numa peça de cariz religioso; se o virmos isoladamente seremos facilmente levados a dizer que esta peça é um móvel, não é um sacrário.

E, de uma maneira que para nós se torna muito difícil de compreender, ele muda muito rapidamente de estilo, assume perfeitamente o rococó. Em finais do ano seguinte André Soares apresenta o desenho da capela de Santa Maria Madalena da Falperra.

Aqui já não há quaisquer dúvidas. As ousadias são plenamente assumidas. Aproveitando uma capela já existente e com uma planta heptagonal André Soares vai fazer aquilo que gosta, uma estupenda fachada em que deixou correr livremente a sua veia criadora.

A partir daqui Soares deixar-se-á embalar pelo rococó, entrando num delírio apenas temperado pela suavidade e equilíbrio da Casa da Câmara de Braga ou pela fabulosa abstracção que é a fachada da igreja do convento dos Congregados, na mesma cidade.

Disse que o rococó teve uma aceitação quase imediata no nosso Minho. Não há estudos que nos dêem a conhecer as datas exactas em que foi utilizado nas várias vilas e cidades. Mas sabemos, por exemplo, que em Barcelos, em 16 de Março de 1755, o entalhador José Álvares de Araújo assinou contrato para a factura do retábulo-mor, dois colaterais e outras talhas do Recolhimento do Menino Deus. E que o mesmo entalhador concebeu em Abril ou Maio de 1756 a imensa talha da igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, em Ponte de Lima, talha essa que viria a ser executada pelo grande entalhador António da Cunha Correia Vale, vimaranense por adopção, com a ajuda de um dos seus irmãos, Manuel da Cunha Correia.

Há uma coisa que, porém, deverá ser acrescentada: o nosso rococó tem muito pouco a ver com que se fez no resto da Europa. Bebeu nas gravuras que nos chegaram, sem dúvida alguma; mas, depois, por variadíssimas razões, em que uma certa deficiência cultural e económica teve um peso fundamental, não foi capaz de o assumir na totalidade. Quer dizer: entre nós foi um estilo que se impôs mais pelos aspectos decorativos e menos pelos estruturais.

Não há ainda um estudo cuidadoso que nos diga em que data surgiu em Guimarães. Flávio Gonçalves deixou-nos um interessantíssimo estudo sobre a talha dos templos da cidade. Mas o seu precioso ensaio peca pelo facto de ele não ter feito investigação. Utilizou tudo quanto já tinha sido publicado por Alberto Vieira Braga, A. L. de Carvalho, Alfredo Guimarães e outros e, com a

sua fina sensibilidade e saber, compôs um belíssimo fresco que poderá servir como ponto de partida para um estudo mais meticoloso.

O problema reside em que os ensaios em que se apoiou tiveram como base, essencialmente, os livros notariais. São uma fonte fundamental, mas não é suficiente. Até porque se os contratos lavrados nos tabeliães nos permitem saber o nome do artista que executou a obra, raramente nos indicam o nome de quem a concebeu! Havia que ter percorrido com a paciência de um monge beneditino os livros das confrarias, os livros de termos, os livros das despesas, e muitos outros. É uma tarefa que se impõe. Sem ela andar-se-á sempre a repetir o que os outros já disseram.

Se se vier a confirmar a data de 1747 ou 1748 para o magnífico portão do convento de Santa Rosa de Lima poderemos dizer que Guimarães foi uma das primeiras povoações minhotas a aderir ao rococó. Olhando bem para os motivos decorativos deste portão logo veremos que já aqui encontramos um apontar para o ornato assimétrico. A que logo se seguiram o dintel de uma das portas da Casa dos Coutos – que mais não é, e este dado é muitíssimo importante, do que a casa que o arcebispo mandara fazer para si próprio -, também, muito possivelmente do mesmo ano, e em 1754 essa maravilha da arquitetura civil portuguesa que é a Casa dos Lobos Machados.

Mas, paradoxalmente, na talha tudo parece bem mais tardio pois tudo nos leva a crer que o primeiro retábulo rococó vimaranense foi o da Misericórdia, contratado em 1759, mas só começado a executar três anos mais tarde. Não deixa de ser curioso referir que quem se encarregou dele foi o mesmo António da Cunha Correia Vale que já vimos a trabalhar rococó em Ponte de Lima, em 1755. O desenho daquele templo vimaranense tem sido atribuído a Frei José Vilaça, o famoso monge entalhador beneditino.

Depois há outros retábulos importantes como sejam o da Colegiada, entalhado em 1772 pelo vimaranense José António da Cunha, dois dos colaterais da igreja do convento de São Francisco, outros dois colaterais no templo do antigo convento de São Domingos, infelizmente retirados para parte incerta durante o restauro levado a cabo pelos Monumentos Nacionais, tendo um deles (o do altar de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Terço), sido entalhado em 1770<sup>8</sup> pelo bracarense Manuel Carneiro da Costa, um homem que executou riscos de André Soares (em Braga) e Frei José Vilaça (em Cabeceiras de Basto); e muitos outros mais.

<sup>8</sup> ADB. Nota Geral, 1<sup>a</sup> série, vol. 792, fols. 82v-